



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

O ENSINO MÉDIO, A QUALIFICAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS: OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO GLOBALIZADO

JOSEANE FATIMA DE ALMEIDA ARAÚJO

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

RESUMO

O objetivo desse estudo é demonstrar as relações existentes entre o ensino médio, a educação profissional e o mercado de trabalho. Trabalhou-se com as novas exigências de qualificação da sociedade globalizada a partir das discussões de: Kuenzer (1999, 2000), Ferretti (1997, 2005) e Frigotto (2010), entre outros. Utilizamos a metodologia qualitativa (entrevistas e questionários), buscando perceber a visão que os jovens estudantes do Ensino Médio fazem da escola e da preparação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, através das políticas públicas educacionais desenvolvidas nas escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco. Concluímos com essa investigação que a escola não prepara adequadamente os estudantes para o mercado de trabalho necessitando da educação profissional, oferecida de forma independente, para garantir as competências exigidas para tal fim.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Qualificação Profissional. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The aim of this study is to demonstrate the relationship between the high school education, vocational education and the labor market. We worked with the new qualification requirements of a globalized society from the discussion: Kuenzer (1999, 2000), Ferretti (1997, 2005) and Frigotto (2010), among others. We use a qualitative methodology (interviews and questionnaires), seeking to realize the point of view of the young high school students have about school and preparation for entry and stay in the labor market through public education policies developed in the schools of the state educational system of Pernambuco. We conclude from this research that the school don't prepare properly the students for the labor market, so the students need to get the vocational education offered in an independent way to ensure the skills required for this purpose.

KEYWORDS: high school. Professional Qualification. Labor market.

1. < >[i], há uma retomada, mesmo que disfarçada da “teoria do capital humano”, onde se tenta a partir da ótica da competitividade restaurar esses princípios:

No contexto atual, no qual há uma forte diminuição do poder político dos Estados-nações, decorrentes do “fenômeno” da globalização, o capital busca uma nova interpretação ideológica, capaz de justificar as relações de poder e de exploração. Neste sentido, como uma continuidade da Teoria do Capital Humano, mas englobando novas características, próprias de uma economia globalizada, surge o discurso de que vivemos numa “Sociedade do Conhecimento” e que, por conseguinte, neste novo contexto, são exigidas dos trabalhadores novas qualificações e habilidades que lhes permitam inserir-se no mercado de trabalho, competindo de forma igualitária com outras pessoas.

Precisamos obter de fato novos conhecimentos, afirma Deluiz (s.d.)^[ii], e, esses conhecimentos não se restringem apenas a aprendizagem prática das tarefas a serem executadas, ou seja, as exigências do mercado agora para os profissionais que dele querem fazer parte vão além das práticas do taylorismo/fordismo:

Não se trata mais, portanto, de uma qualificação formal/qualificação prescrita/qualificação do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, definida pela empresa para estabelecimento das grades salariais, ou pelos sistemas de formação para certificação ou diplomação, onde as tarefas estavam descritas, codificadas e podiam ser visualizadas, mas da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

Acerca da qualificação profissional e do novo papel da escola nesse contexto de formação/qualificação dos possíveis trabalhadores, Tassigny (2008, p. 4) nos faz o seguinte alerta:

A construção de um saber polivalente depende de educação, mas sem que seja necessária uma grande revolução na escola. Na verdade, o trabalhador polivalente se faz no trabalho, demandando sim, certa exigência de elevação do nível de escolaridade. Embora a educação e a qualificação para a polivalência representem um avanço perante as formas taylorizadas e fordistas, apresenta apenas um avanço relativo, pois o conhecimento tecnológico produzido e empregado nos processos de trabalho, ainda permanece como monopólio do industrial, do empresário (do capital).

Cabe lembrar também que, a qualificação não é algo acabado, é necessária constante atualização, para Ferreira (2002, p. 219) isso representa algo vital para que o trabalhador possa se manter vivo no crescente e competitivo mercado de trabalho:

[...] Assim, da mesma forma que aumentam as necessidades de qualificação para um conjunto de trabalhadores assalariados, que estão directamente relacionados com a concepção, o planejamento, o controlo, a manutenção e a reparação das novas tecnologias, também essas mesmas tecnologias desqualificam e dispensam uma enorme massa de trabalhadores assalariados, que se limitam a executar tarefas rotineiras sem quaisquer exigências de qualificações, tornando-se mero apêndices funcionais dos artefactos e dos mecanismos automáticos [...].

Expondo a visão empresarial acerca desse aspecto, Oliveira (2005) coloca que os empresários possuem uma íntima ligação com a reprodução do capital em nível global, com isso, assimila e propaga valores, ideologias e proposições oriundas das grandes corporações internacionais. Todavia, Ferretti (2005, p. 105) contrapõe com a seguinte crítica acerca do sistema público de ensino e a intervenção dos empresários:

[...] a ação dos empresários em termos do sistema educacional parece ter se voltado, desde 1995, mais para as tentativas de influenciar os rumos amplos da educação brasileira, seja por meio do discurso, seja pelo fortalecimento de “lobbies” nas legislativas ou nos Ministérios da Educação e do Trabalho para fazer aprovar ou materializar matérias de seu interesse no que se refere à educação, do que para ações específicas no nível de unidades escolares locais [...].

Outro órgão envolvido no processo são as centrais sindicais, - especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – que fazem a discussão acerca da responsabilidade em relação à qualificação profissional, esse aspecto conclui Ferretti (idem, p. 107):

As três centrais sindicais afirmam a mesma disposição em defender os interesses dos trabalhadores ante as mudanças. Nesse sentido, embora de forma diferenciada, propõem que os trabalhadores se utilizem da educação geral ou profissional para melhorar sua qualificação, tendo em vista as transformações no campo do trabalho. Mais ainda, reafirmam o ponto de vista defendido pela CUT em 1995 com relação à responsabilidade social pela educação e vão além, pois entendem que a tarefa de promover a educação, não apenas profissional, mas também geral, cabe tanto ao Estado e ao patronato quanto aos trabalhadores.

Nesse contexto, até mesmo a população em geral, atualmente reconhece a necessidade da qualificação profissional, tanto para o ingresso no mercado de trabalho em Pernambuco – especialmente em Suape -, no Brasil e no mundo, quanto para afastar os jovens da violência urbana. Acerca dessa discussão, a Secretaria de Educação do Recife, em reportagem ao Jornal do Comércio (13/02/2011) afirmou que atualmente, a Prefeitura da Cidade do Recife oferece em parceria com o Governo do Estado, cursos profissionalizantes em 17 localidades, muitas focando as necessidades do Porto de Suape. A qualificação nesse contexto assumiu também um papel social, além do econômico como já foi discutido.

A busca por qualificação hoje representa de fato uma demanda do mercado, pois ser competitivo exige cada vez mais formação, Ferretti (1997, p. 234) acerca desse novo perfil profissional nos faz o seguinte questionamento:

As fortes demandas por qualificação atualizada e contínua, destinada a um contingente maior de trabalhadores e não apenas aos ocupantes de postos-chave e, ao mesmo tempo, articulada com a introdução de inovações tecnológicas, têm conduzido as agências a promover uma alteração de porte na oferta de modalidades de capacitação, "mudando a ênfase da *formação inicial* [para] a *formação complementar*, a qual inclui cursos de *especialização, atualização e complementação*" (grifos no original). Modifica-se, com isso, o "caráter original da capacitação que, de geral e centrada no ofício, passa a ser focalizada nos contextos de trabalho e tecnológico; e de massa (pelo menos nas intenções), passa a ser mais restritiva".

No Brasil, segundo Oliveira (2003, p. 9), a globalização econômica cada vez mais transfere para o indivíduo isoladamente a responsabilidade em determinadas áreas, o que em nada contribui para uma melhoria da condição social em que esse sujeito se encontra atualmente:

A globalização para o povo brasileiro tem significado o isolamento, o empobrecimento e o aumento da marginalização econômica e cultural. Afinal, como ser cidadão do mundo se a satisfação das demandas básicas, como nutrição, saúde e educação, é cada vez mais colocada no plano do mercado e dependente do "esforço individual".

1. O Ensino Médio e a Educação Profissional

Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação no Brasil (2000, p. 9-10) - PCNs, o ensino médio ofertado nas escolas precisa se adequar a nova realidade imposta por essa sociedade, sendo definido da seguinte maneira:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a "etapa final da educação básica" (Art.36), o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam "continuar aprendendo", tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos "fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos" (Art.35, incisos I a IV).

Acerca da LDB vigente, Oliveira (2003, p. 56) nos chama a atenção para analisarmos a condição da "educação profissional que não é considerada competência de nenhuma das instâncias governamentais, isto é, nem da União, nem os Estados, nem os Municípios têm como incumbência a referida educação". A referida autora levanta ainda a seguinte questão: a quem compete a educação profissional? A lei não nos dá essa resposta, o que pode deixar um vácuo para sua efetivação na prática, já que não temos definido as responsabilidades que competem a cada instância.

Em pleno século XXI assistimos ainda a modelos educacionais com forte influência a atender o mercado e a economia mundial. O que nos faz pensar em como a educação ainda não cumpre o seu papel que é o de emancipar o cidadão e prepará-lo para a vida. Segundo Oliveira (2001, p. 192), a escola e tudo que a compreende se reduz apenas a ditadura da lógica econômica moldada pela globalização:

Em virtude da dificuldade de a sociedade controlar e definir o que seja uma escola de qualidade, erige-se o

cinismo dos que tentam fazer uma vinculação direta do processo educacional com o mercado. Ao entender que o alcance da qualidade educacional necessita de uma nova racionalidade, o Estado brasileiro, por meio de suas políticas, apropria-se apenas das propostas das elites empresariais e das agências de financiamento internacional. Dessa forma, a ideia de qualidade na educação, termo que só pode ser construído dentro de uma historicidade própria de cada nação, resume-se aos ditames impostos pelo capital globalizado, que busca minar todos os possíveis empecilhos no processo de acumulação.

Oliveira (2005) afirma que, para o ingresso no mercado de trabalho atualmente e também para a permanência é preciso possuir qualificação. É evidente que, cada vez mais as desigualdades se acentuam com o advento da globalização econômica o que de acordo com Salm & Medeiros (1999, apud Oliveira, 2005, p. 56-57) nos trazem graves problemas como a miséria e a exclusão social[iiii], que claro, já existiam, mas que se acentuam cada vez mais na sociedade, principalmente nos países periféricos como é o caso do Brasil:

[...] A miséria das famílias, o trabalho desde criança, o analfabetismo e a baixa escolarização básica excluem hoje, muito mais do que no passado, um imenso contingente de jovens de uma melhor inserção no mercado de trabalho. As condições são degradadas, o poder de barganha é nenhum. Misturados aos agora desempregados de longa duração, forma-se na base do mercado de trabalho não apenas uma super-oferta de trabalhadores não qualificados e rebaixados, mas de indivíduos cujas deficiências os tornam empregáveis.

Porém, cabe ressaltar, segundo Paiva (1999, p. 52), que essa qualificação outrora obtida não representa elevação salarial e, tão pouco profissional, pois há uma tendência do mercado cada vez maior de uma desvalorização do profissional em geral:

Num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o *status* profissional se esvai (como no caso dos médicos, professores, diversas especializações nas engenharias, etc.) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de buscas por alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas existentes.

E a escola torna-se a partir daí, um mecanismo cada vez maior de exclusão, pois propicia aos alunos de baixa renda uma desilusão quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a busca precoce do mercado de trabalho, engrossando uma parcela significativa no mercado de profissionais de baixa escolaridade e, conseqüentemente que irão receber também, baixos salários, devido a sua desqualificação ou mesmo, acabarão por fazer parte do mercado informal, já que não lhes são dadas oportunidades devido a essa falta de escolaridade e qualificação. Afirma ainda Paiva (1999, p. 53):

[...] Mais que isso: se o trabalho – à exceção dos quadros ultra-especializados e inseridos cabalmente no mercado formal, onde as tarefas tendem a se aglutinar e o trabalho a se intensificar – pode objetivamente ocupar menos tempo, subjetivamente a insegurança na obtenção de meios de vida faz com que os indivíduos estejam todo o tempo disponíveis para o trabalho que apareça e se ocupem com a mera manutenção desta disponibilidade.

Cabe também lembrar que mesmo que se obtenha a qualificação desejada, isso ainda não quer dizer condição suficiente para o mercado de trabalho, pois, só lhes dará apenas competitividade para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e excludente. Gentili (2005, p. 54) nos faz a seguinte afirmação:

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não.

Uma solução sugerida por Frigotto, Ciavata e Ramos (2010, p. 45) é a implantação do ensino médio

integrado, pois este representaria a possibilidade de superação da dualidade existente entre as classes e a possibilidade real de uma redução da desigualdade existente e mantida através da escola dual:

A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade entre classes.

E esse ensino médio integrado à educação profissional possibilitaria segundo Ferreira & Garcia (2010, p. 170) mudanças profundas no âmbito da relação educação e trabalho, especialmente entre as classes populares, o que levaria de fato a produção do conhecimento:

O trabalho é uma das questões cruciais que enfrentam os jovens e adultos das classes populares, maioria esmagadora que frequenta a escola pública. Mudanças profundas no âmbito das tecnologias, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais afetam o cotidiano da escola direta ou indiretamente. A crise estrutural do desemprego aprofunda o clima de tensão permanente nesse âmbito, em face das necessidades de sobrevivência familiar. Além dessa dimensão histórica, inserido no sistema capitalista, o trabalho tem também uma dimensão ontológica, como forma pela qual a humanidade produz sua própria existência na relação com a natureza e com seus pares, produzindo assim conhecimento.

Corroborando a análise sobre o papel da qualificação do trabalhador, Arroyo (1999, p. 37), aponta que o trabalhador não se qualifica ou desqualifica só na fábrica, assim como a criança, o adolescente ou o jovem não se socializa só na escola. Há outros tempos, espaços, práticas sociais e pedagógicas, marcadas ou não pelas mudanças na fábrica e na escola.

Kuenzer (1999, p. 130), por sua vez, coloca que atualmente há avanços no âmbito educacional e na sua relação com a qualificação profissional, graças às facilidades promovidas pelo processo de globalização não apenas econômica mais também sociocultural e política:

Do ponto de vista da concepção de qualificação para o trabalho há avanços, embora já se tenha registrado que não são para todos. Solidamente fundamentada sobre a educação básica, ela não repousa mais sobre a aquisição de modos de fazer, deixando de ser compreendida, como o faz o taylorismo/fordismo como conjunto de atributos individuais, psicofísicos, comportamentais e teóricos. Ao contrário, passa a ser concebida como resultante da articulação de diferentes elementos, através da mediação das relações que ocorrem no trabalho coletivo, resultando de vários determinantes subjetivos e objetivos, como a natureza das relações sociais vividas e suas articulações: escolaridade, acesso a informações, domínio do método científico, riqueza, duração e profundidade das experiências vivenciadas, tanto laborais quanto sociais, acesso a espaços, saberes, manifestações científicas e culturais e assim por diante.

Porém, cabe salientar que esses avanços promovidos não atingem parcela significativa da sociedade, ficando restrita a uma minoria, que são atendidas por instituições renomadas como é o caso dos Cefets – hoje Institutos Tecnológicos – que formam em sua maioria a classe média com um ensino público e de qualidade, o que segundo Kuenzer (idem, p. 133) é uma clientela padrão, que encontra uma escola pública de qualidade e, ainda, com isso, conseguem o acesso ao ensino superior sem o custo dos cursinhos privados e, ao mesmo tempo, facilita também, a inserção no mercado de trabalho, com salários competitivos.

De uma maneira geral, Forrastier (1996, apud Ferreira, 2002, p. 224) justifica a questão da constante qualificação como fator determinante para a permanência no mercado de trabalho de forma competitiva fazendo um paralelo entre aqueles que possuem qualificação profissional e aqueles que não a possui:

... Todos aqueles que possuam altas qualificações e competências profissionais, se conseguirem competir com a proficiência devida no processo de aprendizagem, de formação e reciclagem profissional, poderão usufruir de estabilidade no emprego, de salários altos, de poder, de prestígio social, e daí usufruir de uma hipótese de mobilidade social ascendente. No sentido contrário, todos aqueles que não possuam qualificações, não sejam suficientemente competitivos, flexíveis e polivalentes, que não consigam adequar-se às exigências do mercado de trabalho no capítulo da formação, da educação e da reciclagem profissional, tenderão a engrossar o exército do desemprego e da precariedade da vinculação contratual. Como usufruem de baixos salários, pouca ou

nenhuma mobilidade social, sem qualquer poder ou prestígio social, mergulham facilmente na miséria, na pobreza e na exclusão social.

1. Considerações Finais

Atualmente pensar em qualificação profissional, representa pensar em escolarização, pois essa é a condição mínima para o ingresso e permanência no mercado de trabalho. Porém, quando falamos em Ensino Médio existe como foi apresentado nas discussões levantadas uma separação entre a educação básica e a educação profissional, o que nem sempre para os jovens se faz possível ter os dois tipos de educação seja por questão financeira, seja por questões de incompatibilidade de tempo e horários, já que não há em sua maioria no Brasil um investimento amplo e irrestrito no sentido de ofertar os dois níveis de ensino, mesmo com a criação e ampliação do PRONATEC que trás como missão garantir a esses mesmos jovens a educação profissional por meio de diversas instituições voltadas para esse fim.

Na análise dos dados coletados ao longo da pesquisa foram identificadas contundentes questões relativas ao novo perfil de formação do trabalhador, as novas exigências do mercado de trabalho e as Políticas Públicas que vem sendo implantadas no Brasil desde a década de 1990, além das ações desenvolvidas pelo governo do estado de Pernambuco – nessa primeira década dos anos 2000 - no sentido de suprimir esse déficit de mão-de-obra vivenciada na região de Suape/PE. Pode-se dizer que atualmente existe (a partir dos estudos realizados) uma preocupação com os rumos que a escola deve tomar face às exigências da sociedade globalizada, e, que essa preocupação deve ser refletida na elaboração de seus currículos, pois sem uma análise bastante acentuada da realidade escolar, é praticamente impossível construir um currículo capaz de ser posto em prática pelos agentes que compõem a escola, desde o docente ao discente, pois não atenderá nem a expectativa de um, muito menos a realidade do outro.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, essa preocupação foi observada através dos estudos feitos e que a escola vem cada vez mais tentando fazer-se produtiva (exigência da corrente neoliberal) para solucionar o problema de uma mão-de-obra qualificada e preparada para novos desafios, que também ocasionou o crescimento do número de Escolas Técnicas (especialmente no caso de Pernambuco) e de Cursos Profissionalizantes (com a criação do PRONATEC pelo Governo Federal) tentando desenvolver-se, mas esse compromisso pertence a todos os envolvidos no processo educacional a partir da construção de um novo currículo, uma nova escola e uma nova sociedade, que seja cada vez mais comprometida com as mudanças e transformações que o século XXI nos impõe por meio de sua velocidade e dinamismo frequentes em nosso dia-a-dia.

Logo, diante desses fatos, podemos concluir que enquanto um investimento sério e amplo não for estabelecido para a educação de uma maneira geral, partindo da base – educação infantil, ensino fundamental e ensino superior –, sentiremos os efeitos dessa falta de qualificação, continuando com uma mão-de-obra despreparada e desvalorizada socialmente, o que faz com que permaneçamos em posições desanimadoras no ranking mundial em relação à educação, pois para um país com dimensões continentais, com uma economia cada vez mais promissora, mas que não faz a “lição de casa” que é priorizar a educação – mesmo uma política do governo federal que se diz “Pátria Educadora”, muito ainda precisa ser feito. Nesse sentido, concluímos que, só com práticas inovadoras, seremos atores dessa transformação e, não apenas reprodutores de práticas curriculares desgastadas e, que em nada condizem com o compromisso que nós educadores possuímos com a escola e as transformações que a partir dela podem e devem ser provocadas.

Referências

ARROYO, Miguel G. **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação do. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

CORRÊA, Vera. **As relações sociais na escola e a produção da existência do professor**. In FRIGOTO, Gaudêncio;

- CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.
- DEFFUNE, Deise & DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- DELUIZ, Neise. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. (Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>).
- FERRETTI, Celso João. **Modernização tecnológica, qualificação profissional e sistema público de ensino**. São Paulo em Perspectiva, 7 (1): 84-91, janeiro/março 1993. (Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_11.pdf).
- _____. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90**. In Educação e Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>).
- _____. **Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes**. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- KUENZER, Acácia Zenaide. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 21, n.º 8304; 70. Campinas, Apr. 2000. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).
- LÚCIO, Clemente Ganz & SOCHACZEWSKI, Suzanna. **Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional**. In: Educação & Sociedade, ano XIX, n.º 8304; 64. Cedes. Campinas, São Paulo, Setembro/1998.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- OLIVEIRA, Ramon de. **“A divisão de tarefas na educação profissional brasileira”**. In: Caderno de Pesquisa, n.º 8304; 112, São Paulo, Mar. 2001. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16108.pdf>).
- _____. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. (Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>).
- PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In **A Cidadania Negada**. (Fonte: <http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/paiva.pdf>).
- SALM, Cláudio. **“Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação”**. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1994 (Coletânea C.B.E.).
- SANFELICE, José Luís. **Pós-modernidade, globalização e educação**. In LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. São Paulo: Autores Associados, 2009.
- TASSIGNY, MÔNICA M. **Educação, Trabalho e perspectivas para o EMI**. Revista Iberoamericana de Educación. ISSN: 1681-5653. n.º 48/1 – 15 de diciembre de 2008. (Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/2670Tassigny-Maq.pdf>).

[1] Artigo disponível em: <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>.

[2] Artigo disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>.

[3] Acerca da exclusão no Brasil vide o trabalho de Baden Sawaia. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (2009).

Recebido em: 04/07/2015

Aprovado em: 05/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: